



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO PARQUE NACIONAL DE MAPUTO

Paulo Moisés Tivane

Inhambane, 2024

Paulo Moisés Tivane

Avaliação do Potencial Turístico do Parque Nacional de Maputo

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como um dos requisitos para a obtenção de grau de Licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos.

Supervisor:

Prof. Doutor Daniel Augusta Zacarias

Inhambane, 2024

Declaração

Declaro que este trabalho de fim de curso é resultado da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas e que nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

(Paulo Moisés Tivane)

Data ____/____/____

Paulo Moisés Tivane

Avaliação do Potencial Turístico do Parque Nacional de Maputo

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como um dos requisitos para a obtenção de grau de Licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos.

Inhambane, ___/___/_____

Categoria, Grau e Nome completo do Presidente

Rubrica

Categoria, Grau e Nome completo do Supervisor

Rubrica

Categoria, Grau e Nome completo do Arguente

Rubrica

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e pelas bênçãos contínuas. Em seguida, agradeço aos meus pais, Moisés Tivane e IseraMassingue, e aos meus irmãos, Francisco Tivane, Daniel Tivane e Elsa Tivane, por sempre estarem do meu lado, me apoiando financeira e emocionalmente ao longo da minha formação.

A ESHTI por reunir docentes capacitados para formar e tornar o meu sonho em realidade. Em especial, ao Prof. Doutor Daniel Zacarias pela sua disponibilidade, paciência e vontade de me ajudar a escrever esse trabalho de fim de curso.

As minhas colegas do curso, Aira Manguete, Luria Cumbe e especialmente a colega Jovita Calmon, por terem me ajudado nos momentos mais críticos da minha formação, me dando força e lembrando-me do objectivo que eu pretendia alcançar na ESHTI. Ao meu primo Helton Paipe, por ter me emprestado o seu computador quando o meu dedididiu me deixar na mão.

Ao Baptista Bisquete e Teresa Naife que dedicaram seu tempo para me ajudar na colecta de dados, sem vocês não seria possível a realização desta pesquisa.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

Conhecer o potencial turístico de um determinado destino turístico, tem sido interesse daqueles que pretendem empreender ou incrementar formas de geração de renda nos mesmos destinos. Por tanto, a avaliação do potencial turístico visa auxiliar aos empreendedores, assim como gestores, na tomada de decisão sobre investimentos. Esse estudo teve como objectivo principal avaliar o potencial turístico do Parque Nacional de Maputo (PNAM) por meio de uma matriz, hierarquizando seus recursos em relação aos valores dos recursos, vias de acesso e equipamentos, para fazer um levantamento dos recursos com maior potencial turístico. Esse estudo utilizou uma metodologia proposta pela Organização dos Estados Unidos (OEA), de hierarquização de recursos turísticos, e contou ainda com as pesquisas bibliográfica e documental. A partir da análise da hierarquização pode-se avaliar os recursos do Parque Nacional de Maputo, em uma ordem numérica de acordo com pontuação recebida dos informantes-chave. Ao longo do estudo, constatou-se que dez (10) dos onze (11) recursos avaliados pertencem a quinta categoria, ou seja, são recursos com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capazes de por si só originarem uma importante corrente de visitantes (actual e potencial), sendo que, apenas um recurso (planície dos elefantes) é que pertence a quarta categoria, isto é, atractivo excepcional capaz de motivar uma corrente (actual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atractivos locais (interesse nacional). Também, a partir do estudo, verificou-se que, a Ponta Dobela e o Acampamento Nela, são dois recursos que ainda necessitam de melhorias a nível de vias de acesso e da qualidade dos equipamentos. E por outro lado, verificou-se que a Ponta Milibangalala, Ponta Membene, AnvilBay e Acampamento Xinguti são recursos com maior facilidade de acesso e possuem melhores equipamentos turísticos. Quanto ao potencial turístico do PNAM, constatou-se que, o parque tem maior potencial na zona costeira, devendo melhorar os equipamentos turísticos existentes na zona centro do parque. Ao todo, notou-se a necessidade de se melhorar as vias de acesso do parque, de modo a garantir que mais turistas visitem o mesmo e que aumente as suas receitas.

Palavras-chave: Potencial turístico, hierarquização dos recursos e Parque Nacional de Maputo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTF	Área de Conservação Transfronteira
ANAC	Administração Nacional de Áreas de Conservação
APA	Área de Protecção Ambiental
DNAC	Direcção Nacional de Áreas de Conservação
DUAT	Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra
Fa	Valor de acessibilidade
Fe	Valor dos equipamentos
Fr	Valor dos recursos
GdM	Governo de Moçambique
MCPE	Centro de Endemismo Vegetal de Maputaland
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNAM	Parque Nacional de Maputo
REM	Reserva Especial de Maputo
VT	Valor turístico

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa de localização geográfica do PNAM	5
Figura 2	Estrada de terra abatida	20
Figura 3	EN200	20
Figura 4	Pista de aterragem	20
Figura 5	Mapa de vias de acesso do PNAM	21
Figura 6	Linha eléctrica	22
Figura 7	Sistema de abastecimento de água	22
Figura 8	Sistema de dreno francês	22
Figura 9	Torre de comunicação	23
Figura 10	Rede de rádio digital	23
Figura 11	Posto de fiscalização de Futi-Gate	23
Figura 12	Posto de fiscalização de Machangulo	23
Figura 13	Centro de formação	24
Figura 14	Centro de Pesquisa	24
Figura 15	Montebelo Lodge	25
Figura 16	Serviço de safari	25
Figura 17	Mapa de infraestruturas turísticas do PNAM	25
Figura 18	Manada de Elefantes	26

Figura 19	Inhalas	26
Figura 20	Lagoa Zuali	27
Figura 21	Mapa de ocupação marítima do PNAM	27
Figura 22	Mapa de infraestruturas de apoio ao Parque	28
Figura 23	Classificação dos recursos (Fr)	29
Figura 24	Classificação dos recursos(Fa)	30
Figura 25	Classificação dos recursos(Fe)	31
Figura 26	Valor dos recursos	33
Figura 27	Valor de acessibilidade	34
Figura 28	Valor dos equipamentos	35
Figura 29	Valor/potencial turístico do PNAM	36
Figura 30	Habitação dos gestores do Parque	45
Figura 31	Oficina	45
Figura 32	Acampamento Xinguti	45
Figura 33	Membene Lodge	45

Lista de Tabelas

Tabela 1	Avaliação do potencial turístico do PNAM	34
----------	--	----

Índice

<i>Declaração</i>	<i>iii</i>
<i>Folha de avaliação</i>	<i>iv</i>
<i>Dedicatoria</i>	<i>v</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>vi</i>
<i>Resumo</i>	<i>vii</i>
<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	<i>viii</i>
<i>Lista de figuras</i>	<i>ix</i>
<i>Lista de quadros</i>	<i>xi</i>
<i>Lista de tabelas</i>	<i>xi</i>
1. INTRODUÇÃO	1
1.2. Justificativa	2
1.3. Problema	3
1.4. Objectivos	4
1.4.1. Objectivo geral	4
1.4.2. Objectivos específicos	4
1.5. Metodologia	5
1.5.1. Descrição da área de estudo.....	5
1.5.1.1 Características físico-geográficas.....	6
1.5.1.2 Demografia, Assentamentos, Populacionais e Comunidades	6
1.5.1.3 Características socioeconómicas	6
1.5.1.4. Turismo no Parque Nacional de Maputo.....	6
1.5.1.5 Histórico de proclamação do PNAM	7
1.5.2. Preparação de trabalho de campo	8

1.5.3. Procedimentos para recolha de dados.....	9
1.5.4. Procedimentos para análise de dados	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
2.1. Inventário da oferta turística	11
2.2.1. Recursos turísticos.....	12
2.2.2. Hierarquização dos recursos turísticos	13
2.3. Avaliação do potencial turístico de um território	15
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	19
3.1. Apresentação dos resultados	19
3.1.1. Oferta turística do Parque Nacional de Maputo	19
3.1.1.1. Serviços de transporte	19
3.1.1.2. Electricidade e abastecimento de água.....	21
3.1.1.3. Sistemas de comunicação e segurança	22
3.1.1.4. Saúde e instalações de apoio	23
3.1.1.5. Equipamentos e serviços turísticos	24
3.1.1.6. Ecossistemas terrestres, marinhos e de água doce	26
3.1.1.7. Lugares sagrados e culturais	28
3.2. Classificação dos recursos turísticos existentes no PNAM	29
3.3. Potencial turístico do PNAM.....	31
3.3.1. Valor dos recursos.....	33
3.3.2. Valor da acessibilidade.....	33
3.3.3. Valor dos equipamentos.....	34
3.3.4. Potencial turístico do Parque Nacional de Maputo	35
3.4. Discussão dos resultados	36
4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	39

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
Apêndices	44
ANEXO A: Modelo de inventário turístico de Debora Braga (2006)	46

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo faz-se a apresentação do tema, dos objectivos da pesquisa, da justificativa, problema da pesquisa bem como a metodologia adoptada para a realização da pesquisa.

1.1. Enquadramento

O potencial do turismo em Moçambique é inegável, pois, dispõe de uma extensa e variada gama de recursos turísticos que o colocam numa situação privilegiada e competitiva no mercado turístico regional (GdM, 2015). Ainda, segundo o Governo de Moçambique, Moçambique é dotado de um grande potencial turístico assente nos seus recursos naturais e culturais, que inclui: vida marinha, com excelentes praias, baías e lagoas ao longo de toda sua costa de 2,700 km; um mosaico cultural único que reflecte uma fusão Africana-Portuguesa-Asiática-Árabe; Áreas de conservação da natureza, tais como Parques e Reservas Nacionais, e Áreas Marinhas Protegidas; proximidade do maior centro de entrada aéreo da África Austral, Joanesburgo e aos mercados regionais de turismo de relevo.

Portanto, um dos parques que possui um potencial turístico único é o Parque Nacional de Maputo (PNAM), que é uma área protegida com uma extensão de 1.728 km² que abrange ecossistemas costeiros, terrestres e marinhos na região mais a sul de Moçambique, de acordo com a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC, 2021). Este parque desempenha uma grande função que consiste na preservação e conservação da biodiversidade animal e vegetal que beneficia as comunidades que vivem nas suas proximidades assim como na região como um todo.

O Parque Nacional de Maputo é composto por uma vasta gama de recursos turísticos que contribuem para o desenvolvimento turístico na região, mas que de certa forma, os mesmos recursos têm um grau de utilização baixo, pois alguns recursos não se encontram suficientemente desenvolvidos para a prática do turismo. Alguns localizam-se em zonas de difícil acesso e outros não possuem equipamentos adequados para receber turistas (ANAC, 2021, p.63).

Esta pesquisa foi efectuada no Parque Nacional de Maputo e procura avaliar o potencial turístico do Parque. Para tal, o trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo encontram-se descritos, os objectivos da pesquisa, a justificativa, o problema e a metodologia adoptada no trabalho. No segundo capítulo encontra-se a revisão bibliográfica, que foi feita com

base nos artigos, teses, dissertações e livros já publicados. No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados dessa pesquisa. No quarto capítulo, apresenta-se a conclusão e as recomendações desta pesquisa, e por fim, o quinto capítulo que ilustra as referências bibliográficas consultadas nessa pesquisa.

1.2. Justificativa

A actividade turística se apresenta nos dias actuais de forma conveniente no que diz respeito à aplicação de investimentos, pela sua possibilidade de geração de capital. É vista em muitos locais como a solução para problemas de ordem económica, contudo em alguns casos ao invés de solucionar, acaba incidindo em novas preocupações para os gestores (Soares, 2009). Ainda, segundo o mesmo autor, sem o planeamento a actividade turística pode acabar se desenvolvendo de forma desordenada, e o destino às vezes passa a ser visto com um perfil que não condiz com sua realidade. Em alguns casos, por não saber de suas potencialidades reais, dá-se preferência a algumas atrações fracas, em detrimento de outras com maior possibilidade de desenvolvimento.

Essa pesquisa parte da necessidade de se mensurar o potencial turístico de um parque tido como turístico ou potencialmente turístico. Portanto, para medir qual é o potencial turístico de determinado local, faz-se necessário avaliar os atractivos e recursos que o compõe, a começar pelos primeiros, que depois de identificados e classificados, devem ser avaliados para estabelecer os seus valores e hierarquizá-los, para determinar a sua importância turística destes no contexto no qual se inserem, quer seja o mesmo municipal, regional ou nacional (PARANÁ, 2005).

A avaliação dos atractivos determina seu potencial turístico e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas (Ruschmann, 2004). Assim sendo, a avaliação do potencial turístico, sinaliza para o planeamento da actividade como critério balizador, tendo em vista a prática de acções futuras nos locais que almejam desenvolver o turismo, sabendo da realidade local e dos desafios a enfrentar, porém utilizando o processo e trabalhando de acordo com as especificidades dos espaços, sem cometer erros que possam afetar a atratividade das atrações (Soares, 2009).

Desta feita, esse estudo contribuirá na gestão dos recursos turísticos do PNAM, o que poderá resultar no aumento das receitas do Parque, o que directamente beneficiará a comunidade local e

a região. Por outro lado, ajudará ao parque no planeamento e gestão dos ecossistemas marinho e terrestre, para determinar acções de implementação, a que locais elas serão destinadas e sua abrangência dentro do espaço onde se encontra o determinado recurso.

No âmbito científico, o estudo trará novas abordagens e ideias que poderão ser usadas em debates (palestras, workshops, seminários, etc.), e outras pesquisas relacionadas ao potencial turístico do PNAM, assim como em outros campos de estudo.

A ideia de avaliar o potencial turístico do PNAM, surge à medida que o PNAM é uma das poucas áreas de conservação em Moçambique que é composta por uma oferta turística diversificada (marinha assim como terrestre). A existência das duas componentes da oferta turística na mesma área despertou a curiosidade em conhecer a dimensão do potencial turístico do PNAM, e mais, é um local directamente ligado ao curso, prestando actividades que visam à promoção do turismo e valorização dos bens naturais.

1.3. Problema

As potencialidades do desenvolvimento turístico de uma localidade são função dos recursos de que dispõe, mas o seu crescimento é função da capacidade de os valorizar e da criação de novos factores de atracção (Cunha, 2008). Segundo o mesmo autor, a capacidade de atracção de cada localidade depende dos recursos existentes e as potencialidades turísticas variam de localidade para localidade. Sendo que, cada recurso oferece um potencial que difere de outros em vários aspectos que necessitam ser avaliados.

Contudo, a necessidade de garantir o desenvolvimento sustentável, de evitar a excessiva utilização dos recursos que provoca o seu desgaste ou de promover o desenvolvimento de novos destinos torna indispensável dispor de avaliações rigorosas que permitam gerir com maior eficácia os produtos e os destinos. É cada vez mais importante determinar se o potencial turístico de um destino está ou não a ser afectado ou se as medidas introduzidas o aumentam ou não (Cunha, 2008).

Atualmente, uma grande parcela da sociedade busca praticar o turismo em contacto directo com a natureza, desta maneira surge a necessidade em proteger áreas naturais das intervenções humanas, assim como de gerir esses espaços, influenciando o uso sustentável dos recursos

ambientais, para que desta forma o turismo e a natureza conciliem lazer e conservação (Santos et al. 2020).

Localizado próximo da cidade de Maputo e do seu aeroporto internacional, da África do Sul e do Reino de Eswatini, o Parque Nacional de Maputo está bem posicionado para potencialmente receber turistas nacionais e estrangeiros. Apesar destas vantagens, o parque ainda carece de investimentos no sector de turismo para responder a sua procura turística, tal como é apontado pela ANAC (2021, p. 62):

Embora tenha potencial para oferecer um destino turístico de classe mundial, o PNAM está actualmente pouco desenvolvido do ponto de vista do turismo, com os tempos de atraso envolvidos no desenvolvimento do turismo, e as limitações na gestão se os fundos operacionais forem insuficientes, o Programa de Turismo precisa de acelerar e criar rapidamente seu ímpeto.

Portanto, a partir do descrito acima, torna-se necessário avaliar os equipamentos que se encontram actualmente instalados, assim como as vias acesso, transporte, de forma geral, todas as facilidades que agregam valor ao atrativo e permitem a estadia do turista no Parque. Nota-se ainda, a necessidade de o Parque se aliar aos investidores privados a fim de explorar e aumentar suas receitas, mas para tal, é necessário conhecer as potenciais áreas para o desenvolvimento turístico no parque. Partindo desse pressuposto, nessa pesquisa pretende-se saber: *Qual é o potencial turístico do Parque Nacional de Maputo?*

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo geral

- Avaliar o potencial turístico do Parque Nacional de Maputo.

1.4.2. Objectivos específicos

- Inventariar a oferta turística (infra-estruturas, equipamentos e recursos) existentes no Parque Nacional de Maputo;
- Avaliar e hierarquizar a oferta turística existente no Parque Nacional de Maputo;

- Identificar o potencial do Parque Nacional de Maputo para desenvolvimento de actividades turísticas.

1.5. Metodologia

1.5.1. Descrição da área de estudo

De acordo com Ntela (2013) citado por Cossa (2023), o Parque Nacional de Maputo, situa-se no Distrito de Matutuíne, na Província de Maputo, no sul de Moçambique, a sul da Península de Machangulo. Os seus limites actuais são a Baía de Maputo a norte, o Oceano Índico a Este, o Rio Maputo, o Rio Fúti e uma linha a 2 km a este da estrada Salamanga-Ponta do Ouro a oeste, e o extremo Sul do Lago Xingute e a restrição Sul do Lago Piti a sul.

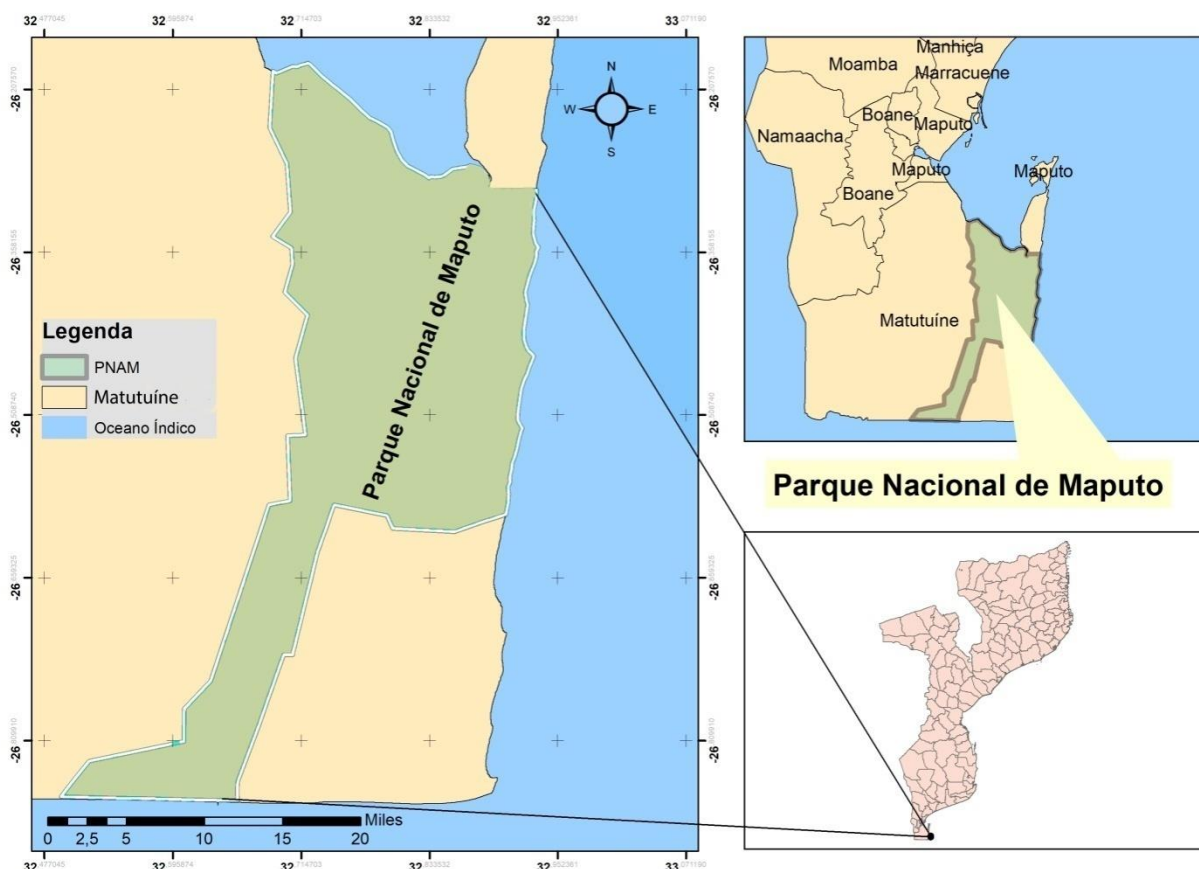


Figura 1: Mapa de localização geográfica do PNAM

Fonte: elaboração própria

1.5.1.1 Características físico-geográficas

De acordo com ANAC (2021, p.17), o clima da região é subtropical, caracterizado por verões quentes e húmidos (Outubro - Março com temperaturas que variam entre 26°C e 30°C) e invernos moderados e secos (Abril - Setembro com temperaturas que variam entre 14°C e 26°C). Existe um gradiente nítido de precipitação de uma média anual de 1.050mm por ano no leste para aproximadamente 600mm no sopé das montanhas do Lubombo. A média anual para a região é de aproximadamente 900 mm com cerca de 110 dias de chuva por ano. A temperatura média anual da superfície do mar aberto é de 24°C, variando de 22. 5°C no Inverno a 26.4°C no Verão. As temperaturas mais elevadas são registadas nas zonas sul e oeste da Baía de Maputo devido à natureza abrigada das águas.

1.5.1.2 Demografia, Assentamentos, Populacionais e Comunidades

Com base nas estimativas de 2020 pelo Distrito de Matutuíne, a dimensão total da população que vive nas regiões administrativas circundantes é de cerca de 27.000 habitantes, distribuídos da seguinte forma: Bela Vista (19.065hab); Machangulo (3.381hab) e Zitundo (4.140hab). Os quatro assentamentos de comunidades residentes no PNAM (Lihundo, Buingane, Muvukuza e Tsolombane), totalizam aproximadamente 181 famílias (ANAC, 2021, p.26).

1.5.1.3 Características socioeconómicas

Quanto as actividades socioeconómicas, antes do incremento do turismo, o distrito de Matutuíne tinha a sua economia assente na agricultura de subsistência, pesca, criação de gado e caça, comércio “comércio de lenha, bebidas tradicionais, carvão e artesanato” (Marulo, 2012).

Além disso, outra fonte de renda nas comunidades é a construção de empreendimentos para a acomodação de turistas na prática do turismo comunitário, o caso da comunidade de Gala, onde tem o empreendimento Tinti Gala Lodge (Macamo, 2016 citado por Chimurridge (2021).

1.5.1.4. Turismo no Parque Nacional de Maputo

De acordo com o Governo de Mocambique (2020), o turismo regional está concentrado ao Sul, ao redor da Ponta do Ouro, com um mercado sul-africano estabelecido. Um número crescente de visitantes provenientes de Maputo visita no PNAM, instalações de acampamento de luxo em

Chemucane, Milibingalala, Membene e Ponta Dobela. Os estabelecimentos turísticos existentes podem acolher diariamente cerca de 3.100 visitantes e oferecer uma variedade de actividades essencialmente marítimas (ANAC, 2021, p.30). É uma excelente área para a observação de aves e safaris, caminhadas, pesca recreativa e canoagem nas lagoas. A costa oferece mergulho scuba, snorkeling, surf e caminhadas.

O PNAM e a sua paisagem circundante (a APA) são amplamente considerados como tendo um potencial económico importante para a população da região, cujo potencial turístico é significativo. A rica beleza paisagística juntamente com a sensação de lugar disponível nos ecossistemas em grande parte intactos do PNAM, bem como o potencial para uma grande experiência de visualização dos grandes cinco (big-five) e as potenciais experiências marinhas (longas praias intactas, snorkel e mergulho e pesca) são bem adequadas tanto para os visitantes nacionais como estrangeiros. Combinado com a proximidade da cidade de Maputo, que permite um acesso fácil ao PNAM e à riqueza de outras experiências de fauna bravia mais a sul na África do Sul, é possível aos viajantes de longo curso incluir uma diversidade de experiências na sua viagem (ANAC, 2021, p.36).

De acordo com ANAC (2021, p.30) uma razão fundamental para o estabelecimento da Área de Protecção Ambiental de Maputo (APA) de Maputo é promover meios de subsistência sustentáveis na região e, tendo o PNAM como a área nuclear reconhecida, assegurar que a actividade socioeconómica em torno do parque seja compatível com os objectivos do parque. Isto inclui o desenvolvimento de instalações turísticas e as actividades associadas baseadas na natureza.

1.5.1.5 Histórico de proclamação do PNAM

Segundo ANAC (2021), a principal área da componente terrestre do PNAM, foi reconhecida como uma concessão para caça (coutada) em 1932. Foi originalmente declarada como Reserva dos Elefantes de Maputo, com um objectivo de conservação especificamente relacionado com a conservação dos elefantes. Com a introdução de outras espécies, e com a constatação do valor da biodiversidade da REM, foi renomeada a 9 de Agosto de 1969, por decreto legislativo, como Reserva Especial de Maputo (DNAC, 2010, p.2)

Entre a década dos anos 60 e o início dos anos 80, o povoamento humano na área, incluindo dentro dos limites da REM, aumentou. Isto, juntamente com a guerra civil subsequente teve impacto na integridade ecológica da área, em parte devido ao pastoreio intensivo e em parte como resultado da redução substancial das populações de mamíferos de grande porte. A evacuação da maior parte dos residentes locais para locais mais seguros durante a guerra civil, e a destruição dos seus rebanhos e manadas de gado, proporcionou um reordenamento ecológico da área e permitiu a reabilitação de algumas das áreas degradadas e abriu o caminho para o repovoamento da área com mamíferos indígenas de maior porte (Stalmans, 2015) citado pela ANAC (2021).

O Corredor de Fúti foi incorporado na REM em Setembro de 2011, assegurando formalmente um importante corredor de movimento ecológico, particularmente para mamíferos de grande porte, entre a área principal em Moçambique e o Parque de Elefantes do Tembe na África do Sul. Foi proclamado como Parque Nacional de Maputo pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2021 (ANAC, 2021).

1.5.2. Preparação de trabalho de campo

Esta etapa do trabalho consistiu na selecção dos informantes-chave e na preparação de instrumentos para a recolha de dados, onde foi elaborado um guião de entrevista tendo em conta os objectivos da pesquisa, e a identificação das áreas da unidade para o estudo. Essa etapa consistiu, igualmente, na escolha de um modelo de inventário turístico para o levantamento dos recursos do parque (Anexo A), onde escolheu-se o modelo do inventário turístico de Braga (2006), uma vez que a autora extrapola o planeamento de recursos turísticos e da própria procura ao fazer indicações práticas para a pesquisa de campo, destacando os diferentes instrumentos para o levantamento da oferta turística de uma determinada região.

1.5.2.1. Revisão bibliográfica

A realização desta pesquisa baseou-se na recolha de documentos (material já elaborado e publicado na internet) constituído principalmente por artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, revistas e monografias relacionados com o tema. Foi

fundamental para a descrição do problema em estudo e para a recolha de dados secundários que ajudaram a enriquecer a pesquisa.

1.5.2.2. Pesquisa documental

Essa etapa da pesquisa consistiu na recolha de dados através de brochuras, relatórios, fotografias, Plano do Maneio do parque e Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2015-2025). Tal como explica Fonseca (2002) citado por Silveira e Gerhardt (2009), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

1.5.2.3. Selecção dos informantes-chave

Para avaliar os recursos turísticos do PNAM, foi seleccionado um grupo de funcionários do PNAM, pertencente ao sector do turismo. O grupo era composto por 6 técnicos experientes e peritos no estudo em causa. Eles que diariamente lidam com questões ligadas a gestão dos recursos em estudo.

1.5.2.4. Elaboração dos instrumentos para colecta de dados

Nesta etapa procurou-se elaborar instrumentos que melhor se adequam ao tipo de pesquisa em causa, onde elaborou-se um inquérito destinado aos técnicos do sector de turismo, com objectivo de colher opiniões acerca dos recursos turísticos do PNAM e um inventário turístico, o qual foi utilizado para registar todos os recursos avaliados nessa pesquisa.

1.5.3. Procedimentos para recolha de dados

Para obtenção de dados no estudo em causa, recorreu-se a seguintes procedimentos:

- A) *Inquérito por questionário*: o inquérito por questionário corresponde a um instrumento de recolha de informações rigorosamente padronizado, tanto no texto das questões formuladas como na ordem em que elas são colocadas e permite avaliar as atitudes, as opiniões e os resultados dos inquiridos ou recolher qualquer outro tipo de informação junto dos mesmos

(Reis, 2010). Assim, no presente estudo decidiu-se utilizar o inquérito por questionário, uma vez que este possibilitava a obtenção de vasta informação, sobre as temáticas em estudo, num prazo de tempo relativamente curto e permitia a apresentação dos resultados de uma forma estatística e sistemática. O inquérito teve um total de 6 respostas, as quais foram usadas para produzir gráficos.

- B) *Observação*: essa técnica visou com que o pesquisador se deslocasse ao campo pelo menos duas vezes por semana e foi feito durante 45 dias, e durante esse tempo fez-se uma observação dos objectos em estudo, retirando informações necessárias para a realização da pesquisa. Essa técnica foi apoiada por uma *câmera* (celular) que era usada para capturar imagens e extrair coordenadas geográficas dos locais visitados.
- C) *Inventário turístico*: consiste na elaboração de um catálogo de lugares, elementos naturais, objectos ou estabelecimentos que originam a deslocação de visitantes. Portanto, à medida que o pesquisador se deslocava ao campo, ele contabilizava e registava todos recursos turísticos existentes no lugar visitado, e este processo teve duração de 45 dias.

1.5.4. Procedimentos para análise de dados

Nesta fase, os dados recolhidos por via de inquéritos por questionário, foram organizados por critérios, nomeadamente: Valor dos recursos, valor de acessibilidade e por fim, valor dos equipamentos. Após a análise de dados, verificou-se as hierarquias para as quais cada recurso pertencia, isto é, olhou-se para as 5 categorias de hierarquização dos recursos propostas pela OEA (constam na revisão bibliográfica no ponto 2.2.2.).

1.5.8.2. Análise estatística

Para o tratamento da informação recolhida através dos inquéritos por questionário, recorreu-se igualmente a uma análise estatística descritiva. Esta foi realizada com recurso ao programa de análise estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), tendo-se procedido à interpretação, descrição e análise dos dados numéricos através da criação de gráficos. Ainda nesta etapa, fez-se a interpolação e análise dos dados através do modelo *Inverse Distance Weighting* (IDW) no QGis e posteriormente recorreu-se ao ArcMap para a elaboração de mapas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, apresenta-se as principais pesquisas que sustentam o trabalho, onde aborda-se o conceito do inventário da oferta turística, recurso turístico, metodologia de avaliação de um recurso turístico e do potencial turístico.

2.1. Inventário da oferta turística

Inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta (MTUR, 2004).

De acordo com os conceitos da OMT (1997, p.16) - o Inventário turístico é fundamental para que se conheça o espaço turístico de um país, para que se possa planejar a sua ordenação e o seu desenvolvimento. O Inventário Turístico é uma metodologia, uma ferramenta, um instrumento e um contributo destinado a subsidiar a formulação de uma Política Pública de Turismo, sendo um meio, não um fim em si próprio.

Já Cunha (2008, p.25) diz que, o inventário turístico consiste na elaboração de um catálogo de lugares, elementos naturais, objectos ou estabelecimentos que, pelas suas características, isoladamente ou em conjunto, originem a deslocação de visitantes e tornam possível o desenvolvimento de actividades turísticas.

Para MINCETUR (2006), um inventário constitui um registro de um estado integrado de todos os elementos turísticos que por suas qualidades naturais, culturais e humanos podem constituir um recurso para o turista, pelo que representa um instrumento valioso para a planificação turística, uma vez que serve como ponto de partida para realizar avaliações e estabelecer prioridades necessárias para o desenrolo turístico.

Todo o inventário deve apresentar algumas características fundamentais:

- Deve constituir um reflexo fiel da realidade dos recursos turísticos, indicando a informação técnica e a situação em que se encontram.
- Deve ser claro, aberto e dinâmico: permitindo uma actualização periódica de todas as variações dos recursos turísticos, mostrando sua situação nova.

Em suma, verifica-se que o inventário turístico é um instrumento de extrema importância no sector do turismo. Sua utilização no processo de planeamento turístico é fundamental, pois, não só apresenta a situação actual de um determinado espaço turístico, assim como permite a promoção do mesmo. É um instrumento que facilita a tomada de decisão por parte dos gestores turísticos e que coloca a disposição do sector público e privado, informações reais sobre os locais em estudo.

2.2. Avaliação e hierarquização de recursos turísticos

2.2.1. Recursos turísticos

Do ponto de vista económico podem definir-se recursos como sendo todos os meios tangíveis ou intangíveis utilizados num processo de transformação para a obtenção de bens ou serviços destinados a satisfação de necessidades humanas (CUNHA, 2008).

A actividade turística baseia-se em recursos turísticos que se definem simplifadamente como todos os elementos naturais ou actividades humanas que dêem origem a deslocação de visitantes. Assim, os recursos constituem os elementos essenciais do desenvolvimento turístico porque são eles que determinam a atracção de um país ou região e definem as suas potencialidades turísticas, (CUNHA, 2008)

Segundo Zimmermann (1956) Citado por Benjamim (2016), *recursos turísticos* são todos os bens e serviços que, por intermédio da actividade do Homem e dos meios com que conta, tornam possível a actividade turística e satisfazem as necessidades da procura.

Segundo Vignati (2008) Citado por Benjamim (2016), os recursos têm o seu alicerce nos atrativos do território como é o caso da paisagem, a cultura, o clima e o estilo de vida das comunidades autóctones.

A Organização Mundial do Turismo distingue dois conceitos diferenciados entre si: património turístico e recurso turístico (OMT, 1978) citado por Cunha (2008). Define o primeiro como sendo "o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais e imateriais a disposição do Homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação para satisfazer as suas necessidades turísticas". O segundo, compreende "todos os bens e serviços que, por

intermédio da actividade humana, tornam possível a actividade turística e satisfazem as necessidades da procura".

Assim, o património turístico constitui o elemento fundamental que o homem transforma em recursos turísticos utilizando meios técnicos, humanos e financeiros. Os recursos turísticos são então constituídos pelo património turístico que mediante uma intervenção, se transforma em património utilizável (Leno Cerro, 1993) citado por Cunha (2008).

2.2.2. Hierarquização dos recursos turísticos

Quanto à hierarquização, Beni (2002, p. 388) citado por Soares (2009) expõe que é o processo que permite ordenar os atrativos de acordo com sua importância turística, ou seja, a hierarquização auxilia sobremaneira o processo de decisões dos planejadores do turismo, pois coloca em *ranking* as atrações, determinando qual delas merece atenção imediata ou em curto, médio e longo prazo.

No entanto, para avaliar e hierarquizar é necessário reunir um conjunto de fatores que possibilitem sistematizar as qualidades e as singularidades (valor intrínseco) de cada atrativo.

Os critérios para a hierarquização dos recursos variam de autor para autor (ou organização), assim como a sua escala. A avaliação dos recursos da OMT, segundo Leno Cerro (1993, p. 72-74), esta se realiza a partir de uma série de fatores que se agrupam em duas grandes categorias: factores internos e externos. Factores internos: são aqueles que fazem referência às qualidades e valores específicos que possuem cada recurso. Dentro desta categoria, incluem-se dois tipos de fatores: os que fazem referência ao grau de utilização do recurso e os que se referem às características intrínsecas do recurso;

Factores externos: são aqueles que, de um modo direto, determinam a demanda final, limitando ou estimulando os valores internos do próprio recurso: acessibilidade: análise da quantidade e da qualidade dos acessos ao recurso a partir dos lugares de origem da demanda, bem como da disponibilidade de meios públicos de transporte;

A avaliação final do recurso é efetuada, segundo o autor (LENO CERRO, 1993, p.74), aplicando-se uma escala de valores a cada um dos fatores considerados, geralmente em uma escala de 0 a 3 pontos, que indica unicamente a intensidade do fator considerado.

Leno Cerro (1993, p. 76) afirma, por fim, que a partir dos valores obtidos para cadauma das zonas, pode-se estabelecer uma hierarquia destas segundo sua importância turística e, em função desta hierarquia, uma ordem de prioridades para sua planificação e desenvolvimento.

Cunha (2008, p.27) afirma que uma vez identificados, os recursos são classificados por categorias, tipos e subtipos e, de seguida hierarquizados de acordo com o interesse turístico consoante o seu atractivo e pouco ou muito relevante. São as 5 hierarquias estabelecidas pela OEA:

Hierarquia 5: Recurso com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz de por si só originar uma importante corrente de visitantes (actual e potencial) (interesse internacional);

Hierarquia 4: Atractivo excepcional capaz de motivar uma corrente (actual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atractivos locais (interesse nacional);

Hierarquia 3: Atractivo com alguma capacidade de atracção capaz de interessar visitantes de longa distância, mas que se deslocam ao local por outras razões turísticas;

Hierarquia 2: Atractivo com interesse, capaz de originar correntes turísticas regionais ou locais;

Hierarquia 1: Atractivos sem méritos suficientes para considerar o recurso como relevante, mas que desempenha um papel complementar, diversificado e potenciando os restantes recursos.

Este modelo tem como principais variáveis, os seguintes:

- Infra-estrutura: nesta epígrafe deve-se considerar as características das infra-estruturas em matéria de meios de transporte, o nível dos serviços oferecidos e o nível destes serviços com relação às necessidades da demanda;

- Acessibilidade: análise da quantidade e da qualidade dos acessos ao recurso a partir dos lugares de origem da demanda, bem como da disponibilidade de meios públicos de transporte;
- Equipamentos: deve-se valorar tanto a qualidade como a quantidade dos meios de alojamento existentes (hoteleiros e extra-hoteleiros), da oferta turística complementar e dos serviços turísticos (informação, comercialização e transporte);

2.3. Avaliação do potencial turístico de um território

Smith (1992, p. 19) citado por Almeida (2006), ao iniciar a discussão sobre as dificuldades que cercam a investigação descritiva de lugares, afirma que o problema de nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração é complexo e de múltiplas facetas e que, embora os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação.

Diante disto, Smith (1992) citado por Almeida (2006), afirma que os métodos de análise da localização dos recursos recreativos e as actividades que neles se realizam são tão numerosos quanto os fins para os quais são aplicados e propõe o agrupamento destes métodos em três categorias principais:

- Descrição da localização de instalações e actividades,
- Inventário dos recursos e
- Descrição das imagens das regiões e seus recursos.

Leno Cerro (1993, p. 51-136) citado por Almeida (2006), também comenta as possibilidades de aplicação do inventário turístico e da análise da paisagem, todavia o autor dá grande destaque em boa parte de sua obra a técnicas de avaliação dos recursos turísticos, que se subdividem em:

- Avaliação analítica do potencial turístico;
- Avaliação económica dos recursos;
- Preferências dos usuários como medida de avaliação turística.

Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do potencial turístico de uma área, facilitando a identificação daqueles elementos ou actividades que tem um certo poder actual ou potencial para atrair a procura turística.

O valor real do potencial turístico de uma área não se mede unicamente pelo número de recursos que reúne, mas sim pela qualidade destes (LENO CERRO, 1993). É indispensável medir o potencial turístico da área, ou seja, calcular o valor turístico dos recursos que compõem a área (identificação e classificação), para determinar a sua qualidade, e calcular o valor da hierarquia (grau de importância ou atractividade da área turística).

Parte do processo de planeamento (etapa do estudo diagnóstico da localidade e dos recursos), que é o exame de todos os componentes do turismo tanto do ponto de vista efectivo, quanto do ponto de vista potencial (Ignarra, 2003).

O valor turístico da zona baseia-se nos recursos turísticos de que dispõe e das características que a identificam (clima, cultura) mas a análise do valor real do seu potencial turístico não se mede apenas pelo número dos recursos que possui, mas também pela sua qualidade (CUNHA, 2008).

Em geral o potencial turístico depende das acessibilidades, dos recursos em número e qualidade bem como das infra-estruturas e equipamentos. Assim, o potencial turístico de um determinado lugar pode calcular-se através da Equação 1 (LENO CERRO, 1993):

$$Pt = \alpha Fr + \beta Fa + \delta Fe$$

Onde:

Pt= Potencial Turístico

Fr= Valor dos recursos

Fa= Valor das acessibilidades

Fe= Valor dos equipamentos

$\alpha\beta\delta$ = Coeficientes de ponderação

A. Valor dos recursos

Na expressão PT o valor dos recursos é função da relação entre as suas características e a singularidade dada pela relação:

$V_{ri} = H_i * P$, em que:

V_{ri} = valor do recurso i = F_r

H = hierarquia primária do recurso i

P = factor de ponderação relativo a natureza do recurso i

A avaliação dos recursos implica a identificação das hierarquias primárias, a aplicação de um factor de ponderação e a elaboração dos índices de potencial. As hierarquias determinam-se para cada recurso (naturais, monumentos, etnografia) de acordo com as hierarquias da OEA.

A determinação do factor de ponderação do recurso é um passo importante visto que a hierarquia indica a importância do recurso mas não o seu valor turístico. Para este efeito realizam-se inquéritos com o fim de avaliar a sua capacidade de atracção. Os coeficientes assim obtidos podem variar entre 0 e 3 ou entre 0 e 5 da escala de Likert.

B. Valor das acessibilidades

O grau de acessibilidade da localidade é um dos aspectos essenciais do desenvolvimento de actividades turísticas e determina-se em função das condições que permitem a deslocação dos turistas desde os mercados emissores.

Para a determinação deste factor é útil considerar separadamente a acessibilidade interior da exterior. A interior refere-se a distância entre os principais centros urbanos e a localidade de destino e avalia-se pela qualidade das vias da comunidade; a exterior representa as facilidades de acesso internacional determinadas pela distância económica (distância tempo/custo).

Dada que a distância económica para uma região idêntica para todos os destinos que nela se situam a acessibilidade pode classificar-se (por exemplo de 0 a 5) em função dos acessos a partir dos pontos de chegada das vias nacionais ou internacionais.

C. Valor dos equipamentos

Este factor define-se em função de dois elementos básicos: os equipamentos turísticos aos quais se atribui uma ponderação 2 e os equipamentos comerciais com a ponderação 1.

$$Fe = 2Et + Ec$$

Fe = valor dos equipamentos

Et = equipamentos turísticos (hotelaria e restauração)

Ec = equipamento comercial

Quer a variável equipamentos turísticos, quer a variável equipamento comercial podem ser expressos numa escala de 0 a 5 pontos em função do número e qualidade dos estabelecimentos existentes.

D. Coeficientes de ponderação

O critério fundamental para a quantificação destes coeficientes é a possibilidade de intervenção humana sobre um dos factores considerados. Assim os recursos terão coeficiente mais elevado considerando que se não existem serão os mais difíceis de criar. O factor acessibilidade é o segundo em importância porque é impossível reduzir distâncias físicas, mas a qualidade dos acessos e a distância económica pode melhorar-se. Os equipamentos constituem o factor mais difícil de eliminar (Pardellas de Blas e Fabeiro, 2003).

Deste modo os valores dos coeficientes podem ser:

$$A=1,50$$

$$B=1,25$$

$$\Delta=1,00$$

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, voltados para a avaliação do potencial turístico do Parque Nacional de Maputo, onde é apresentado o inventário turístico feito, a classificação dos recursos turísticos e por fim, o potencial turístico do PNAM.

3.1. Apresentação dos resultados

3.1.1. Oferta turística do Parque Nacional de Maputo

As infra-estruturas de gestão e turismo no PNAM não estão suficientemente desenvolvidas, embora a maior parte da fronteira terrestre, para além do local onde faz fronteira com o Rio Maputo, com o Oceano Índico, ou com a Baía de Maputo, esteja vedada. As vedações actuais não são de um padrão uniforme e variam desde vedações para elefantes a vedações para fauna normal ou uma combinação das duas.

3.1.1.1. Serviços de transporte

O sistema de transporte é caracterizado pela via terrestre, aquática e aérea. Na componente de transporte terrestre, estrada asfaltada N200 entre Maputo e África do Sul atravessa o PNAM no ponto onde o Corredor de Fúti se junta à área principal (Figura 3). Todas as estradas internas são de areia para viaturas com tracção 4x4 (Figura 2). O acesso em terra à componente marinha do PNAM pode ser feito através de treze locais de lançamento designados ao longo da costa e um em Santa Maria, na Baía de Maputo). Ademais, existe no parque uma pista de aterragem relvada de 700m e um hangar, registados formalmente junto das autoridades de aviação nacionais (Figura 4).



Figura 2: estrada de terra abatida



Figura 3: EN200

Fonte: elaboração própria.



Figura 4: Pista de aterragem

Fonte: Bisquete (2024)

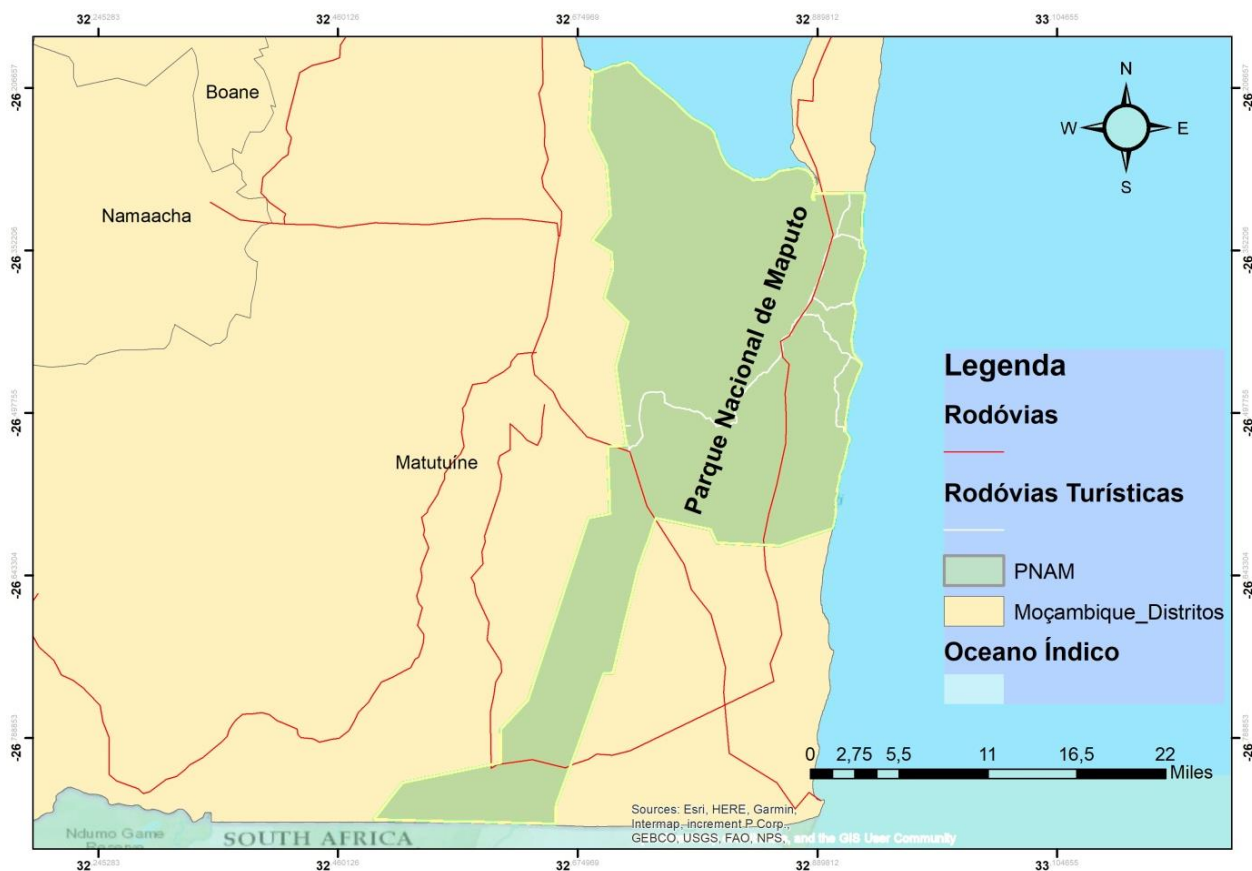


Figura 5: Mapa de vias de acesso do PNAM

Fonte: elaboração própria.

3.1.1.2. Electricidade e abastecimento de água

A principal fonte de fornecimento de electricidade ao PNAM é a partir da linha eléctrica suspensa (Figura 6) que se estende ao longo da estrada principal. O abastecimento de água em todas as instalações é feito a partir de poços artesanais (Figura 7). O saneamento em cada instalação é efectuado através de um sistema de dreno francês (Figura 8).



Figura 7: Sistema de abastecimento de água Figura 8: Sistema de dreno francês

Fonte: elaboração própria

3.1.1.3. Sistemas de comunicação e segurança

A comunicação por telemóvel no PNAM é limitada, embora existam duas torres de reforço e uma na Sede(Figura 9).Existe também uma rede de rádio digital ligada a uma sala de operações na Sede(Figura 10).O pessoal de fiscalização faz uso de nove postos de fiscalização fixos na fronteira interior da componente terrestre do PNAM (Figura 11, Figura 12).



Figura 9: Torre de comunicação

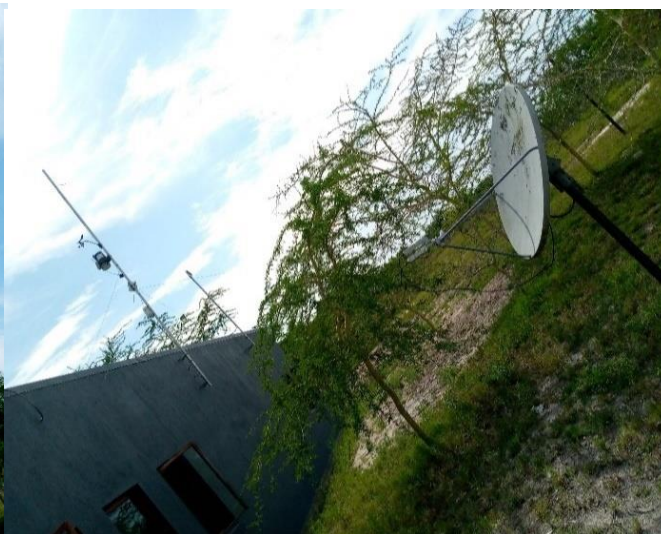


Figura 10: Rede de rádio digital

Fonte: elaboração própria



Figura 11: Posto de fiscalização de Futi-Gate



Figura 12: Posto de fiscalização de Machangulo

Fonte: elaboração própria

3.1.1.4. Saúde e instalações de apoio

O posto de saúde de Salamanga é que atende a população da comunidade de Madjadjane e de outras áreas circundantes do PNAM.

A Sede é constituída por um complexo de habitações para os elementos de Gestão do Parque, bem como para pessoal de segurança e operações do parque e várias instalações de apoio (Apêndice A). Nas proximidades estão a oficina, armazéns de manutenção e alojamentos adicionais para o pessoal, bem como um centro de investigação e formação/sensibilização ambiental (Figura 13, Figura 14), que inclui alojamento, recentemente inaugurado pelo Presidente da República de Moçambique Filipe Jacinto Nyusi.



Figura 13: Centro de formação



Figura 14: Centro de Pesquisa

Fonte: elaboração própria.

3.1.1.5. Equipamentos e serviços turísticos

O PNAM oferece diversos serviços turísticos, a destacar: o serviço de guias de turismo, o serviço de *transfer* e o serviço de safari (terrestre). Dispõe de vários equipamentos turísticos, desde os públicos aos privados, isto é, os piqueniques que estão sob gestão do parque e as instâncias turísticas que estão sob gestão privada. Destacar que as instâncias turísticas existentes no PNAM se subdividem em Hotéis (PontaMilbangelala) e Lodges (PontaMembene, Dobela e Chemucane).

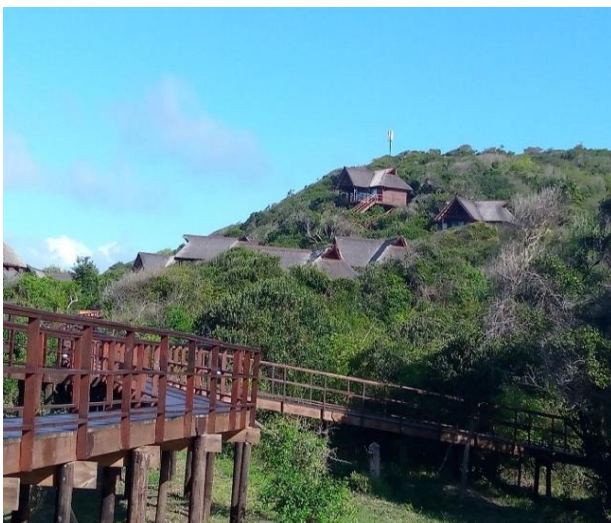


Figura 15: Montebelo Lodge



Figura 16: Serviço de safari

Fonte: elaboração própria.

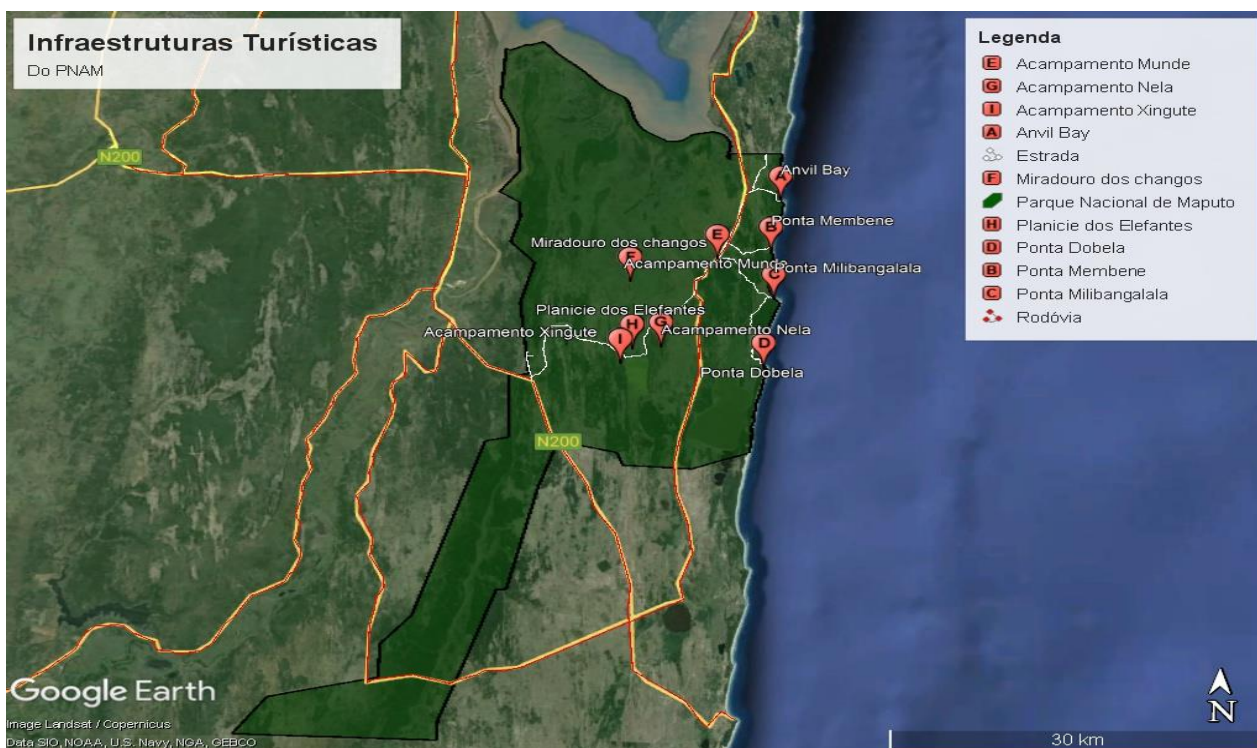


Figura 17: Mapa de infra-estruturas turísticas do PNAM

Fonte: elaboração própria.

3.1.1.6. Ecossistemas terrestres, marinhos e de água doce

A fauna do PNAM é composta por: búfalos do Cabo, imbabalas, porco-bravo-africano, cabritos cinzentos e vermelhos, elefantes, girafas, impalas, cudo, inhala, xipene, suni, chango, piva ou inhacoso, facocero, gnu-azul, zebra e elefante (Figura 18, Figura 19). Além desses animais, a fauna do PNAM é composta por algumas espécies de aves como a Águia-cobreira-barrada-oriental, Abutredo-Cabo, Papagaio-de-cabeça-castanha, Batis do bosque, Picanço-quadricolor, Apalis-de-peito-amarelo, Estorninho-de-peito-preto, Tordo-da-terra-malhado, Beija-flor-cinza, Beija-flor de Neergaard e o Pintainho-de-Peito-Rosado, e répteis e anfíbios como a Víbora assopradora, Mamba verde, Cobra de focinho, Cobra da floresta e a Cobra-estilete e 15 espécies de sapos. O ecossistema marinho compreende vários habitats diferentes, incluindo praias e costas rochosas, florestas de mangais e planícies de areia intertidais, pradarias de ervas marinhas, estuários e lodaçais. Os ecossistemas de água doce, para além das plantas aquáticas, estes sistemas suportam animais como crocodilos, hipopótamos e algumas espécies de peixes (Figura 20).



Figura 18: Manada de Elefantes



Figura 19: Inhalas

Fonte: elaboração própria



Figura 20: Lagoa Zuali

Fonte: elaboração própria.

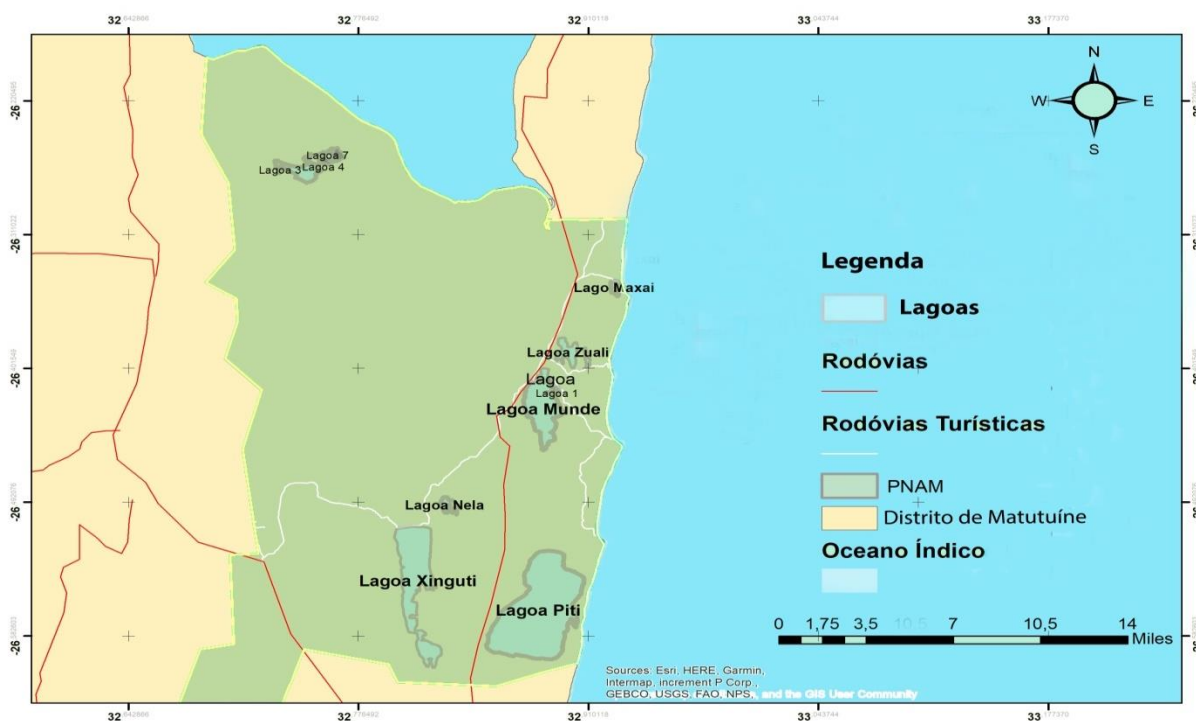


Figura 21: Mapa de ocupação marítima do PNAM

Fonte: elaboração própria

3.1.1.7. Lugares sagrados e culturais

As comunidades desta região reverenciam os seus antepassados nos chamados lugares sagrados, associados a locais de sepultamento (pequenos cemitérios e árvores) da sua liderança tradicional, chefes de terra (Indunas) e outros conselheiros da família real.

De forma resumida, são apresentados na figura a seguir, todos os elementos inventariados, a destacar: infra-estruturas básicas de apoio ao parque, instâncias turísticas, piqueniques, lagoas e vias de acesso.

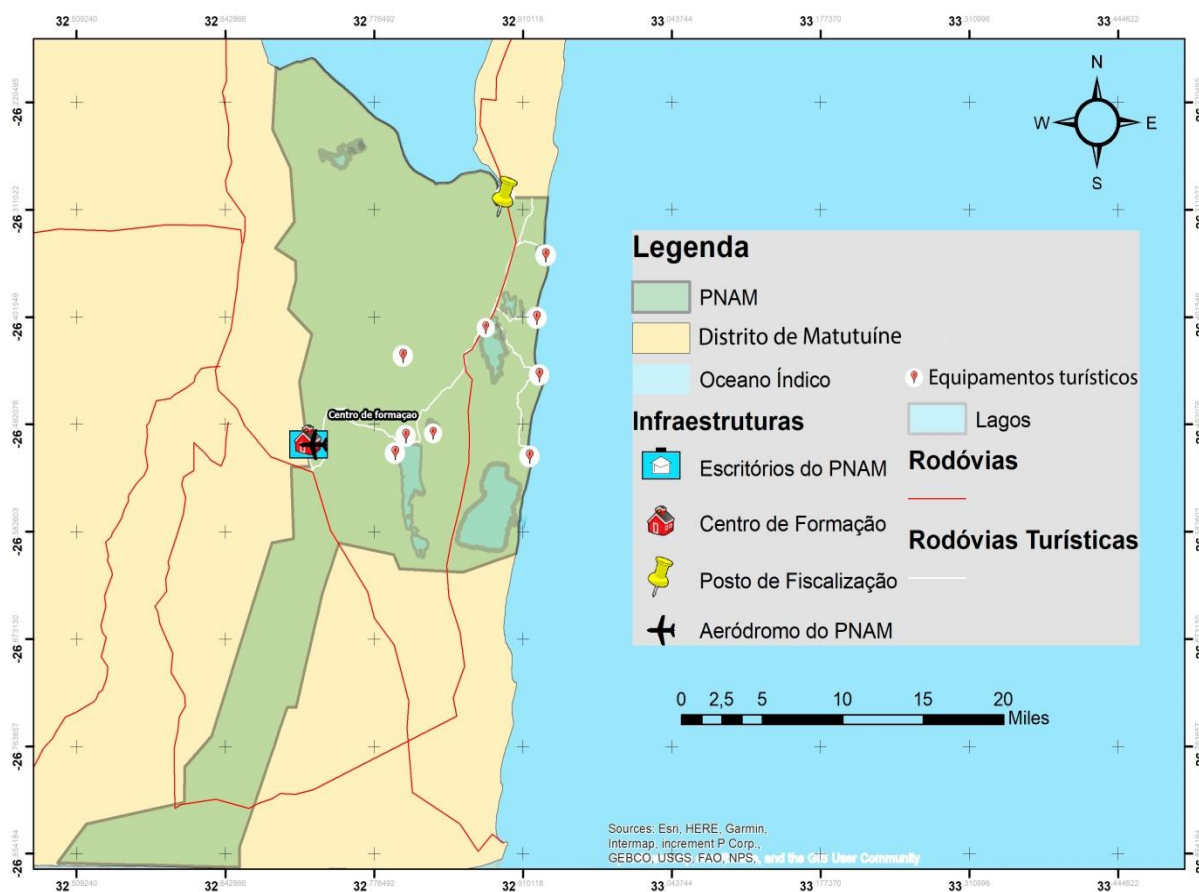


Figura 22: Mapa de infra-estruturas de apoio ao Parque

Fonte: elaboração própria

3.2. Classificação dos recursos turísticos existentes no PNAM

Em relação ao valor do recurso (Fr), constatou-se que dez dos onze recursos avaliados, pertencem a quinta categoria, ou seja, são recursos com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capazes de por si só originarem uma importante corrente de visitantes (actual e potencial), sendo que, apenas um recurso (planície dos elefantes) é que pertence a quarta categoria, isto é, atractivo excepcional capaz de motivar uma corrente (actual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atractivos locais (interesse nacional).

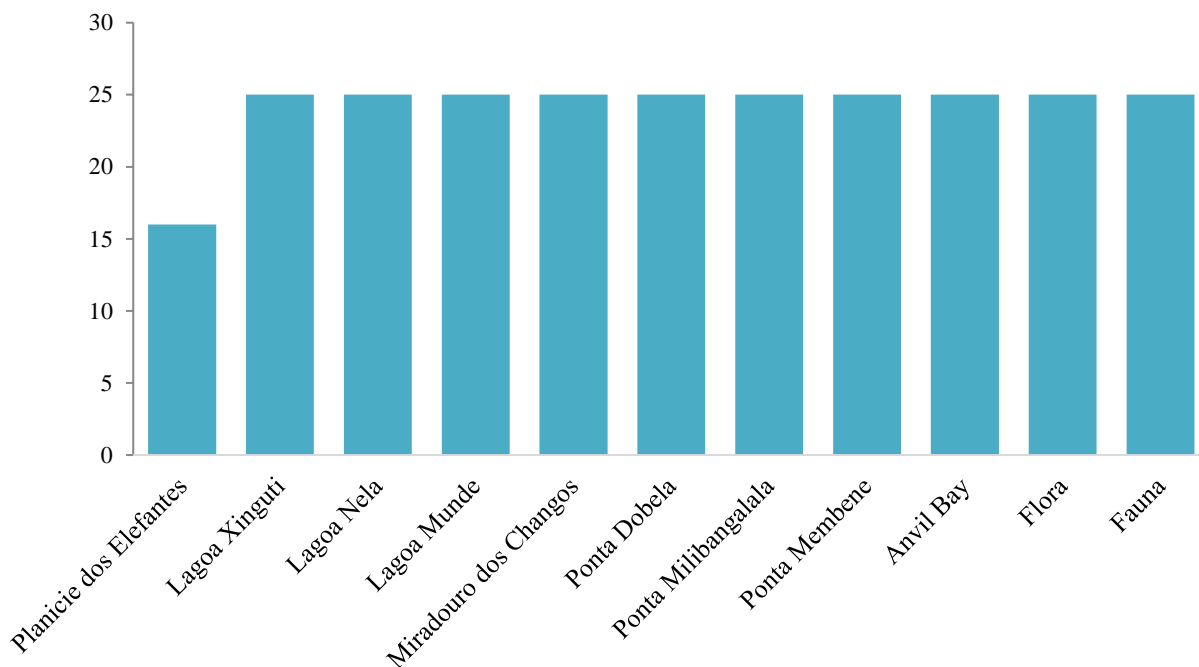


Figura 23: Valor dos recursos (Fr)

Quanto ao valor da acessibilidade (Fa), verificou-se que, há recursos pouco acessíveis, como é o caso da Ponta Dobela que possui a menor nota de todos os recursos. Por outro lado, encontram-se a Lagoa Xinguti e Miradouro dos Changos, como sendo os recursos com melhores vias de acesso no Parque. Quanto aos demais recursos, nota-se um equilíbrio na avaliação, podendo-se verificar que possuem vias de acesso em boas condições

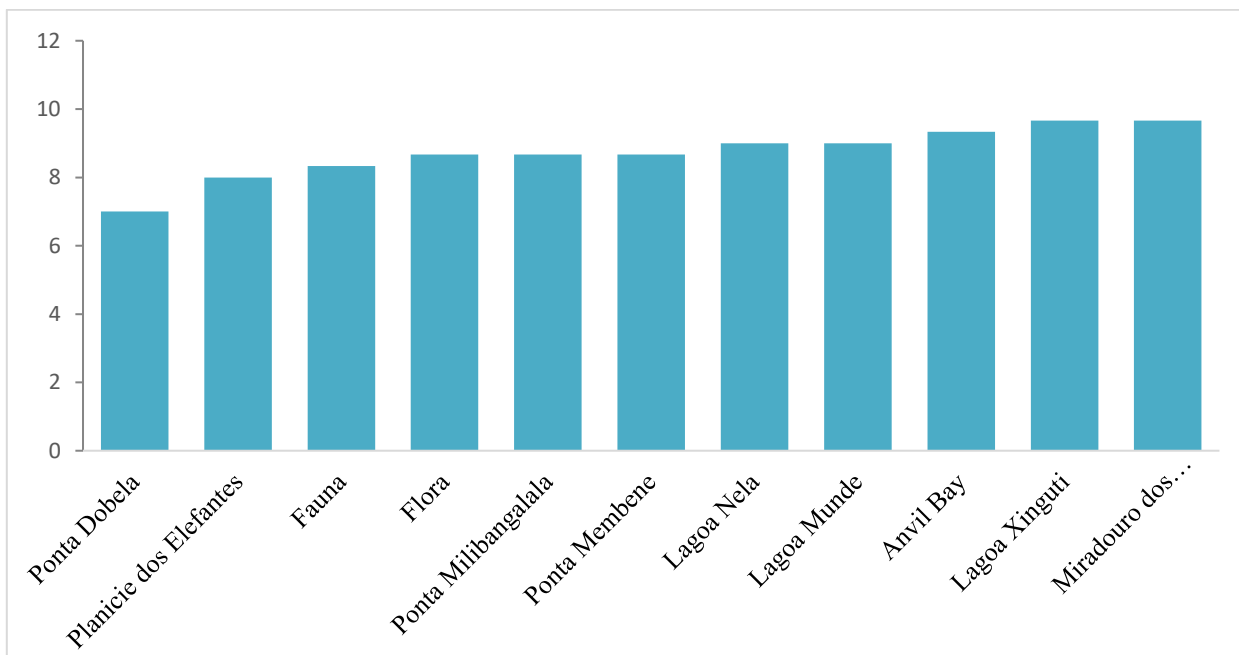


Figura 24: Valor da acessibilidade (Fa)

Em relação ao valor dos equipamentos, constatou-se que a Ponta Dabela é o recurso turístico com piores equipamentos no PNAM ao lado do Acampamento Nela. Enquanto isso, a Ponta Milibangalala, Ponta Membene, AnvilBay e Acampamento Xinguti são os recursos turísticos com melhores equipamentos no PNAM.

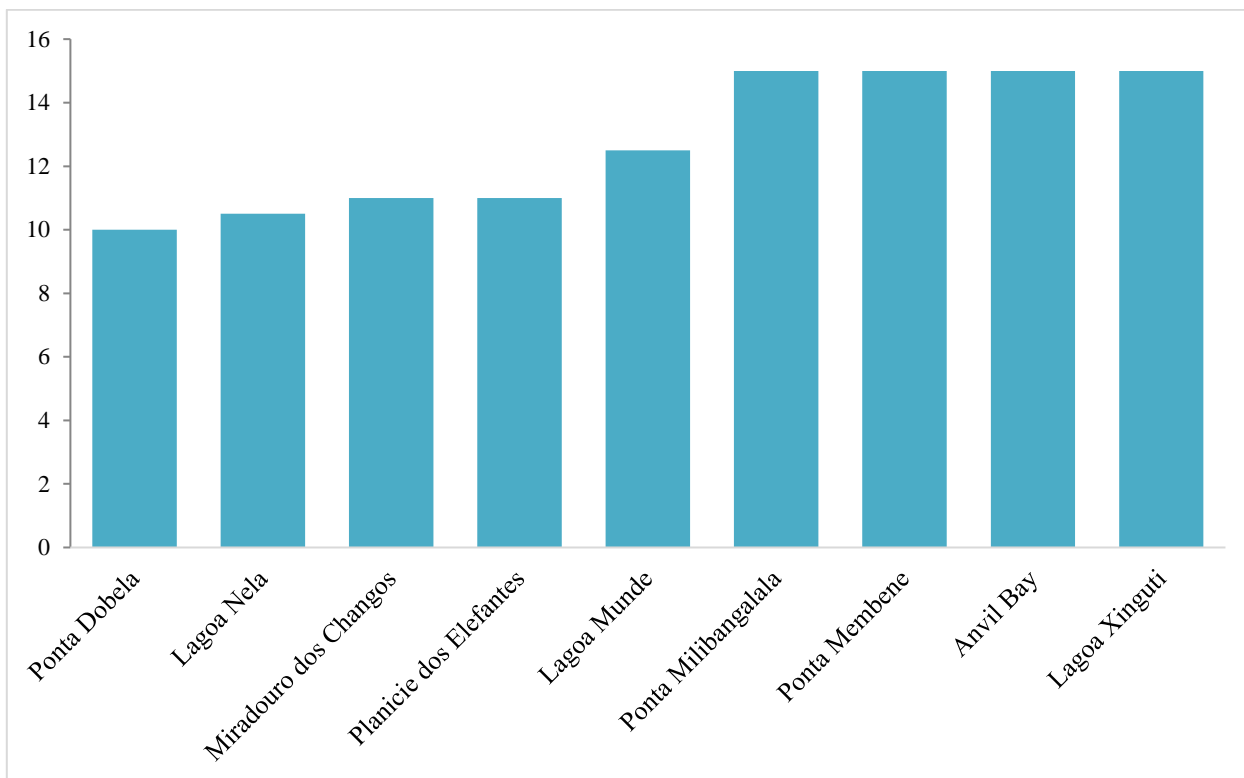


Figura 25: Valor dos equipamentos (Fe)

O destaque nessa classificação, vai para a Ponta Dobela que possui as piores vias de acesso, assim como, piores equipamentos, podendo-se considerar como pior recurso turístico do PNAM. Por outro lado, destacam-se a Ponta Milibangalala, Ponta Membene, Anvil Bay e Acampamento Xinguti como os melhores recursos turísticos do PNAM, possuindo as melhores vias de acesso, assim como melhores equipamentos.

3.3. Potencial turístico do PNAM

O potencial turístico do PNAM foi obtido da seguinte forma: cada recurso inventariado foi analisado separadamente, ou seja, cada recurso foi avaliado individualmente e por critério (Recurso, Acessibilidade e Equipamentos), obtendo assim seu potencial.

Tabela 1 - avaliação do potencial turístico do PNAM

Avaliação do PT do PNAM	$Pt = \alpha Fr + \beta fa + \delta Fe$						
Recursos Turísticos	Fr	α	Fa	B	Fe	Δ	VT
Planície dos Elefantes	16	1,5	8	1,25	11	1	45
Lagoa Xinguti	25	1,5	9,667	1,25	15	1	64,6
Lagoa Nela	25	1,5	9	1,25	10,5	1	59,3
Lagoa Munde	25	1,5	9	1,25	12,5	1	61,3
Miradouro dos Changos	25	1,5	9,667	1,25	11	1	60,6
Ponta Dobela	25	1,5	7	1,25	10	1	56,3
Ponta Milibangalala	25	1,5	8,667	1,25	15	1	63,3
Ponta Membene	25	1,5	8,667	1,25	15	1	63,3
Anvil Bay	25	1,5	9,333	1,25	15	1	64,2
Flora	25	1,5	8,667	1,25	0	1	48,3
Fauna	25	1,5	8,333	1,25	0	1	47,9
Total	266		96		115		634

Fonte: elaboração própria

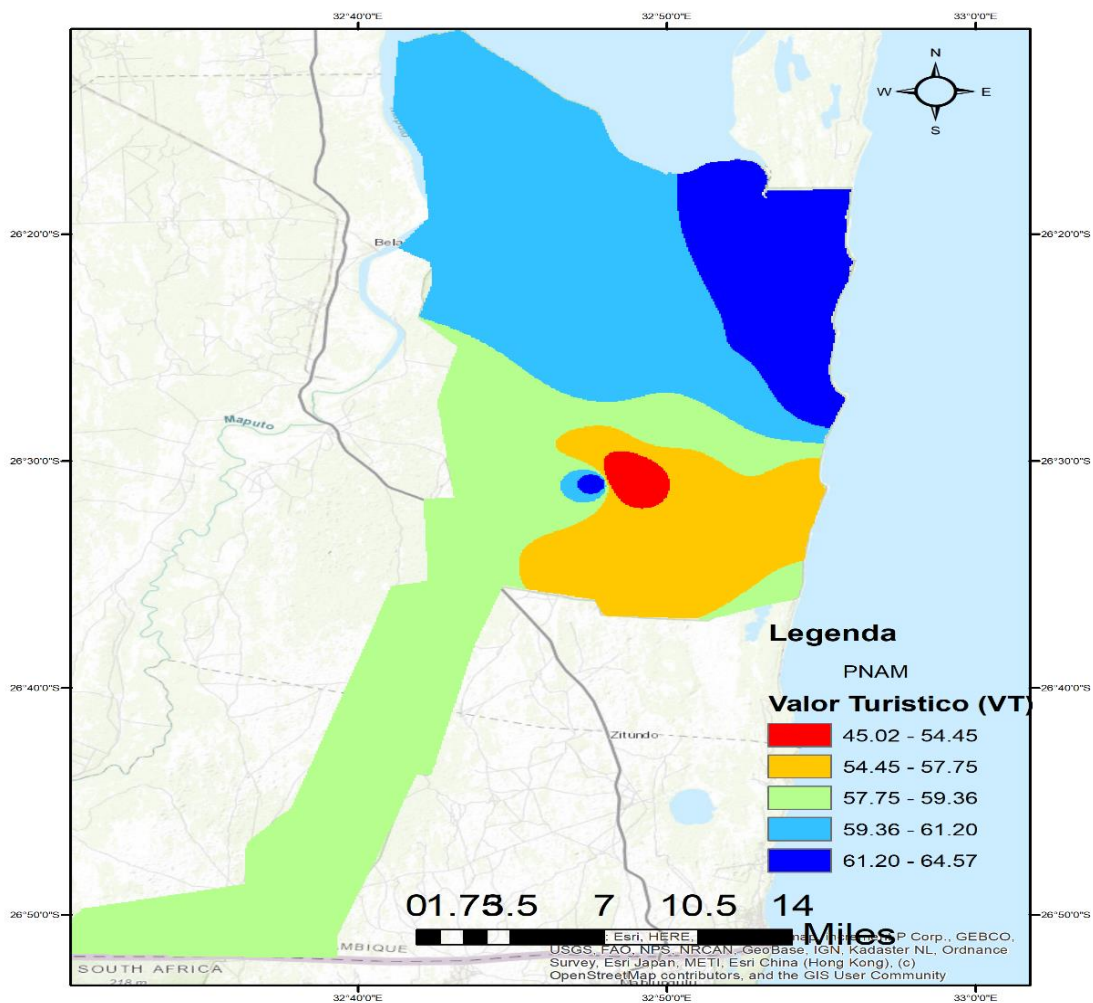


Figura 29: Valor/potencial turístico do PNAM

Fonte: elaboração própria

3.4. Discussão dos resultados

Os resultados desta pesquisa foram alcançados por meio de duas etapas, sendo a primeira etapa de inventário da oferta turística do Parque Nacional de Maputo e a segunda da avaliação do potencial turístico do mesmo. Feito o inventário da oferta turística, constatou-se que há défice de recursos e serviços turísticos e que os recursos turísticos existentes não estão suficientemente desenvolvidos. Actualmente, o parque presta somente os serviços de guias de turismo, safari terrestre e *transfer* para os turistas de pretendem visitar uma determinada concessão. Por outro lado, o PNAM dispõe de ecossistemas terrestres e marinhos únicos que por se só atraem turistas

nacionais e estrangeiros. Quanto a segunda etapa, os recursos foram avaliados mediante critérios como recurso, acessibilidade e equipamentos. Sendo que, na análise dos recursos e dos equipamentos, verificou-se que, os recursos e equipamentos turísticos que estão na zona costeira tem maior potencial turístico, o que significa que esses recursos podem contribuir ainda mais no desenvolvimento do parque. São recursos que por si só atraem turistas nacionais assim como estrangeiros. Na análise de acessibilidade, verificou-se que nem todos os recursos do PNAM são acessíveis, havendo necessidade de se melhorar as vias de acesso. Como é referido pela Oliveira (2011, p. 80) citado por Silva e Simonetti (2020), quanto mais acessível um atractivo, maior a probabilidade de integrá-lo aos programas turísticos. Uma localidade, por exemplo, mesmo contando com atractivos (e infra-estrutura) turísticos, pode ter sua comercialização como destino turístico inviabilizada pela precariedade de acesso. Pelo que torna necessário que o recurso turístico tenha uma boa acessibilidade física, localização geográfica e sinalização indicativa. Esses itens influenciam directamente a percepção dos turistas relativamente ao recurso em questão (Silva, 2009). Quanto ao potencial turístico do PNAM, constatou-se que, o parque tem maior potencial na zona costeira, devendo melhorar os equipamentos turísticos existentes na zona centro do parque.

Como é, porém, evidente nem todos os recursos oferecem as mesmas possibilidades: alguns exercem um forte poder de atracção e só por si dão origem a correntes turísticas que justificam o desenvolvimento de um vasto complexo de actividades de exploração para a satisfação das suas necessidades, mas outros desempenham, principalmente um papel de fortalecimento ou de diversificação da atracção existente (CUNHA, 2008. p.23).

Convém mencionar que uma infra-estrutura básica de transporte (estradas, ferrovias, aeroportos, estacionamento), serviços de utilidade pública (electricidade, água, comunicações) e outros serviços como saúde e segurança, aliados a uma infra-estrutura turística e a potencialidades atractivas aos olhos de consumidores do turismo, podem impulsionar o desenvolvimento da actividade em grande parte das localidades (Tadini e Melquiades, 2010). Há necessidade de se melhorar as vias de acesso no parque, principalmente nas zonas onde há maior concentração dos

animais para facilitar as entradas e passeios dos visitantes diários, estes que actualmente garantem a sustentabilidade do parque, como explica Cunha (2008, p.25):

Tal como são oferecidos pela natureza, os recursos naturais são insuficientes para garantir a permanência dos visitantes, cuja deslocação originam. Torna-se, com efeito, necessária a construção de equipamentos que, por um lado, permitam a deslocação (acessibilidades e facilidades) e, por outro, assegurem a permanência (alojamento, restaurante) requerendo uns e outros a construção de infra-estruturas.

Com o aumento de investimentos turísticos no PNAM, pode-se garantir mais postos de emprego e mais receitas ao parque, além de tornar o parque um destino de referência a nível nacional e rico em recursos turísticos. O Parque por se só é um benefício para a comunidade, assim como para a região, uma vez que garante a preservação de ecossistemas, garante um ar limpo e águas limpas para as comunidades, mas também oferece as comunidades, uma formação nas áreas de liderança, gestão ambiental e oportunidades de emprego.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Findo o trabalho, conclui-se que, o PNAM possui uma considerável oferta turística embora não esteja completamente desenvolvida. Possui uma vasta gama de ecossistemas marinhos, assim como terrestres e conta com algumas infra-estruturas de apoio que asseguram o funcionamento do Parque. Para a prática do turismo, o Parque conta com quatro concessões (AnvilBay, Ponta Membene, Ponta Milibangalala e Ponta Dobela) e vários piqueniques e acampamentos.

Feita a avaliação, constatou-se que dez (10) dos onze (11) recursos avaliados, pertencem a quinta categoria, ou seja, são recursos com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capazes de por si só originarem uma importante corrente de visitantes (actual e potencial), sendo a planície dos elefantes o único recurso que pertence a quarta categoria, isto é, atractivo excepcional capaz de motivar uma corrente (actual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atractivos locais (interesse nacional).

Verificou-se igualmente que, a Ponta Dobela e o Acampamento Nela, são dois recursos que ainda necessitam ser melhoradas a nível de vias de acesso e da qualidade dos equipamentos. E por outro lado, verificou-se que a Ponta Milibangalala, Ponta Membene, AnvilBay e Acampamento Xinguti são recursos com maior facilidade de acesso e possuem melhores equipamentos turísticos. Embora não tenham sido destaque ao longo desta pesquisa, há necessidade de se melhorar os outros recursos turísticos quanto as vias de acesso e equipamentos turísticos, como é o caso da Planície dos elefantes que se encontrava um pouco acima da Ponta Dobela na classificação das piores vias de acesso.

Conclui-se ainda, que o potencial turístico do Parque Nacional de Maputo não só beneficia ao próprio parque, mas também beneficia as comunidades que existem ao redor do parque e a toda região. Além de garantir a preservação dos ecossistemas terrestres, também garante uma formação nas áreas de liderança, gestão ambiental e oportunidades de emprego as comunidades.

Recomenda-se ao PNAM, a melhoria de vias de acesso. Uma vez que o acesso ao Parque se dá somente aos detentores de veículos que possuem 4*4 em funcionamento e com suspensão alta, o

que reduz o número de turistas que gostariam de visitar o Parque, perdendo desta forma, uma quota de potenciais visitantes que podiam alavancar as finanças do Parque;

Criação de mais concessões: quanto mais concessões existirem, maior será o número de visitantes e consequentemente, maiores serão as receitas do Parque;

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Administração Nacional das Áreas de Conservação. (2021). Plano de Maneio do Parque Nacional de Maputo para período 2022 – 2032. v+ 90pp
2. ALMEIDA, Marcelo Vilela de (2006). *Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras*. Tese (Doutorado) – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 233p.
3. Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
4. BARRETO, Margarita (2003). *Planeamento e Organização em Turismo*. São Paulo: Papirus.
5. BENJAMIM, Leonildo Fernando (2016). *Estratégias para a concepção e desenvolvimento de produtos turísticos no Município de Inhambane (Moçambique)*. Dissertação (Mestrado) - Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril.188p.
6. BRAGA, Debora Cordeiro. *Planeamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
7. CHIMURUGE, Dinis Joaquim. (2021). *O papel da educação ambiental para o alívio da pressão sobre os recursos naturais na reserva especial de Maputo*. Faculdade de Educação. UEM.
8. COSSA, Carla Saiva Santos. (2023). *Contributo dos parques e reservas nacionais para o estudo do património cultural e natural: estudo sobre o parque nacional de maputo e parque nacional do limpopo*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. UEM.
9. CUNHA, Licínio (2008): *Avaliação do Potencial Turístico*. *Jornal of tourism studies*. Cogitur. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Ano 1 – 1º semestre, Nº1, Pt1, pp. 21-39.
10. DEFERT, P. (1956). ‘Structure économique et localisation dans les régionstouristiques’ *Institut International de Recherche Touristiques*. Paris.

11. DENCKER, A. F. (1998). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Tourism*. 6^a ed., São Paulo: Futura.
12. DNAC. 2010. Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo, Primeira Edição. vi + 119pp
13. GIL, A. C. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, 3^a ed. São Paulo: Atlas.
14. IGNARRA, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2^a ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
15. LENO CERRO, Francisco (1992). *La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla*. Estudios Turísticos, Madrid, n.116, p. 49-85.
16. MACAMO, M. F. (2016). *Desafios do turismo para o desenvolvimento local das comunidades costeiras do distrito de Matutuine, província de Maputo (2000 – 2009)*: Dissertação apresentada à Faculdade Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.
17. MARULO, A. M. (2012), *Turismo e Meio Ambiente: uma análise do ecoturismo e sua contribuição socio-ambiental no distrito Matutuine: caso da Reserva Especial de Maputo*.
18. MTUR. Ministério do Turismo. 2007. *Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 (Programa de regionalização do Turismo)*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
19. OLIVEIRA, I. C. *A Hierarquização dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo (AM)*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. 130 f.
20. OMT – Organização Mundial de Turismo (2001a). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*, Madrid: OMT.
21. PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. *Orientações para gestão do turismo municipal*. 2005.

22. PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2015-2025 (2015). Maputo: Ministério do Turismo de Moçambique.
23. RUSCHMANN, Dóris. *Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 11 Ed. Campinas: Papyrus, 2004.
24. SANTOS, G. E. Modelo gravitacional do turismo: proposta teórica e estudo empírico dos fluxos turísticos no Brasil. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
25. SILVA, D. M. Investigação do potencial para o espeleoturismo na região da Serra do Iuiu – BA. *Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas*. Campinas. Sociedade Brasileira de Espeleologia: SeTur/SBE: 2009.
26. SILVA, M.A.eSimonetti, S.R. *Avaliação dos Atrativos Turísticos do Parque Nacional de Anavilhanas (AM)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.13, n.1, fev/abr 2020, pp.69-87.
27. SMITH, S. L. J. (1992). *Geografia recreativa: investigación de potenciales turísticos*. México: Trillas.
28. SOARES, J. G. *Avaliação de Potencial Turístico do Município de Rio Azul – PR*. 2009. 76 f. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Turismo, Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Irati, 2009.
29. TADINI, R. F.; MELQUIADES, T. *Fundamentos do Turismo*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 304p.
30. Vignati, F. S. (2008). *Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países*. Rio de Janeiro: SENAC.

Apêndices

Apêndice A: Instalações de apoio ao Parque

Figura 30: Habitação dos gestores do Parque



Figura 31: Oficina

Fonte: elaboração própria

Apêndice B: Instalações de apoio ao turismo

Figura32: Acampamento Xinguti

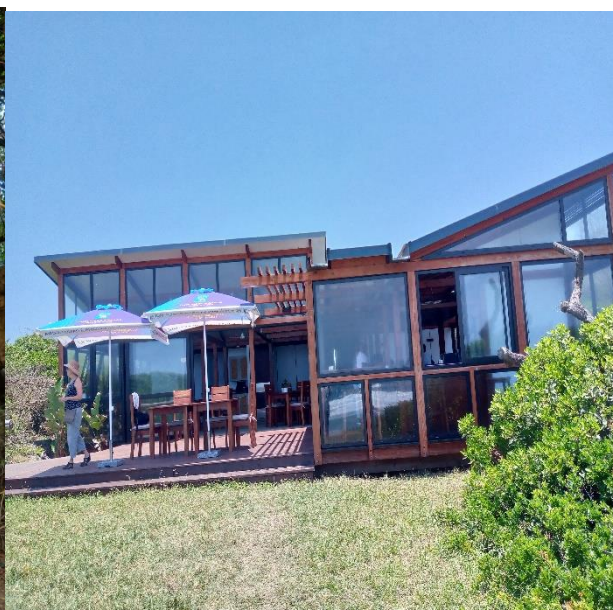


Figura 33: MembeneLodge

Fonte: elaboração própria

ANEXO A: Modelo de inventário turístico de Debora Braga (2006)

1. Levantamento da Oferta

Categoria	Tipo – público	Tipo – privado
1. Delimitação da área	1.1. Localização regional	1.1 Localização do bairro, cidade ou estado
	1.2.Principais vias de acesso: estradas, ferrovias, portos, aeroportos	1.2 principais vias de acesso: ruas, avenidas, oferta do transporte público
	1.3.Municípios limitrofes	1.3 Características dos bairros
	1.4.Clima, índice de precipitação pluviométrica, insolação, temperatura	1.4 Não se aplica
2. Histórico	2.1.Origem dos habitantes e características de povoação e principais factos históricos locais	2.1. Descrição do histórico da empresa e a evolução das características da sede e das filiais
	2.2.Fundação	2.2 Fundação
	2.3.Nome da cidade	2.3 Razão social e nome fantasia
	2.4. Brasão	2.4 logotipo
3. Aspectos sociais	3.1.População	3.1 Quadro de funcionários
	3.2.Grau de escolaridade	3.2 Distribuição por departamento e organograma
	3.3.Índices de mortalidade, expectativa de vida	3.3 Descrição dos cargos e funções
	3.4.Densidade demográfica	3.4 Grau de escolaridade e especialização para a função
	3.5.Distribuição por taxa etária	3.5 Índice de rotatividade de pessoal
	3.6.População urbana	3.6 Serviços terceirizados
	3.7.População rural	3.7 Não se aplica
4. Aspectos económicos	4.1.Principal actividade económica	4.1 Balanço e balancetes
	4.2.Renda per capita	4.2 Facturamento e margem de lucro
	4.3.População economicamente activa	4.3 Fluxo de caixa

	4.4. Distribuição dos três sectores de trabalho	4.4 Produtos mais rentáveis
5. Legislação e administração pública	5.1. Departamentalização da administração pública, organograma e descrições das funções	5.1 Situação legal da empresa, quadro societário, contrato social, registos e contribuições
	5.2. Composição da camara Municipal	5.2 Impostos municipais
	5.3. Plano director, leis de zoneamento	5.3 Plano estratégico existente
	5.4. Acções públicas ligadas ao turismo	5.4 Acções públicas ligadas a área do empreendimento
	5.5. Leis ambientais e preservação do património histórico-cultural	5.5 Leis ligadas a área do empreendimento
	5.6. Leis de incentivo	5.6 Leis de incentivo

2. Infra-estruturas básicas

Categories	Typo	Subtipos
1. Sistema de transporte	1.1. Terrestres	1.1.1. Terminais, estações rodoviárias e sistemas rodoviários
		1.1.2. Terminais, estações ferroviárias e serviços ferroviários
	1.2. Aéreos	1.2.1. Aeroportos e serviços aéreos
		1.2.2. Helipontos
	1.3. Hidroviários	1.3.1. Portos, estações e serviços marítimos
		1.3.2. Portos, estações e serviços fluviais e lacustres
2. Saneamento	2.1. Electricidade	2.1.1. Usinas hidrelétricas, termoelétricas
		2.1.2. Iluminação pública
		2.1.3. Sistema de distribuição de electricidade e voltagem
	2.2. Esgoto	2.2.1 Rede de esgoto

		domeciliar
		2.2.2 Fossas sépticas
		2.2.3 Sistema de tratamento
	2.3. Colecta de lixo	2.3.1 Lixo doméstico
		2.3.2 Lixo industrial e hospitalar
		2.3.3 Aterros sanitários
		2.3.4 Programas de reciclagem
3. Sistema de educação	3.1. Escola Municipal	3.1.1 Pré-escola e educação infantil
		3.1.2 Ensino fundamental e médio
		3.1.3 Ensino superior
	3.2. Escola particular	3.2.1 Pré-escola e educação infantil
		3.2.2 Ensino fundamental e médio
		3.2.3 Ensino superior
		3.3. Cursos de idioma
	3.4. Curso profissionalizante	
4. Segurança	4.1. Delegacia de polícia	
	4.2. Posto de polícia rodoviária	
	4.3. Corpo de bombeiros	
	4.4. Serviço de salvamento marítimo	
5. Sistema médico hospitalar	5.1. Prontos socorro	
	5.2. Hospitais	
	5.3. Clínicas	
	5.4. Maternidades	
	5.5. Postos de saúde	
6. Sistema de comunicação	6.1. Agências postais, telegráficas e telex	
	6.2. Postos telefônicos	
	6.3. Jornais locais	
	6.4. Rádios locais	
	6.5. Torres retransmissoras	

3. Equipamentos e serviços turísticos

categorias	Tipos	Subtipos
------------	-------	----------

1. Naturais	1.1. Montanha	1.1.1 Picos, cumes
		1.1.2 Montes, colinas
		1.1.3 Outros
	1.2. Planaltos e planícies	1.2.1. Patamares
		1.2.2. Vales
		1.2.3. Outros
	1.3. Costas ou litoral	1.3.1. Praias
		1.3.2. Dunas
		1.3.3. Cabos e pontas e baías
		1.3.4. Outros
	1.4. Terras insulares	1.4.1. Ilhas
		1.4.2 Arquipelagos
		1.4.3 Recifes
	1.5. Hidrografia	1.5.1. Rios
		1.5.2. Lagoas e lagos
		1.5.3. Praias fluviais e lacustres
1.6. Pântanos		
1.7. Quedas de água		
1.8. Fontes hidrominerais ou terminais		
1.9. Parques e reservas de floresta e fauna		
1.10. Grutas e cavernas		
1.11. Áreas de caça e pesca		
2. Histórico-culturais	3.1. Monumentos	2.1.1 Arquitetura civil
		2.1.2 Arquitetura religiosa e funerária
		2.1.3 Arquitetura industrial, agrícola
		2.1.4. Arquitetura militar
		2.1.5. Ruínas
		2.1.6 Esculturas, pinturas
		2.1.7 Outros legados
	2.2. Sítios	2.2.1. Históricos
		2.2.2. Científicos
	2.3. Instituições culturais de	2.3.1 Museus

	estudo, pesquisa e lazer	2.3.2 Bibliotecas
		2.3.3. Arquivos
		2.3.4. Institutos históricos e geográficos
3. Manifestações e usos tradicionais e populares	3.1. Festas, comemorações e actividades	3.1.1 Religiosas
		3.1.2 Populares
		3.1.3 Cívicas
	3.2. Gastronomia típica	3.2.1. Salgados
		3.2.2 Doces
		3.2.3. Frutas, sucos. bebidas
	3.3. Artesanato	
3.4. Feira e mercados		
4. Realizações técnicas e científicas contemporâneas	4.1.Exploração de minério	
	4.2.Exploração agrícola pastoril	
	4.3.Exploração industrial	
	4.4.Obras e arte técnica	4.4.1. Planeamento urbano e paisagístico
		4.4.2. Usinas, barragens
		4.4.3. Outros
	4.5. Centros científicos e técnicos	4.5.1. Zoológicos, aquários, viveiros
		4.5.2. Jardins botânicos, hortos
		4.5.3. Planetários
		4.5.4. Outros
5. Acontecimentos programados	5.1.Congressos e convenções	
	5.2. Feiras e exposições	
	5.3. Realizações diversas	5.3.1. Desportivas
		5.3.2. Artísticas e culturais
		5.3.3. Sociais e assistências
5.3.4. Gastronômicas		

Categorias	Tipos	Sub-tipos
1. Meios de hospedagem	1.1.Hoteleiro	1.1.1 Hotéis
		1.1.2 Hotéis residenciais
		1.1.3 Hotéis de lazer
		1.1.4 Motéis

		1.1.5. Pousadas
		1.1.6 Hospedaria de turismo
		1.1.7. Albergues
	1.2Extra hoteleiro	1.2.1 Camping
		1.2.2. Colônias de ferias
		1.2.3 Segunda residência
		1.2.4 Pensões
2.Alimentação	2.1. Restaurantes	
	2.2. Cafés e lanchonetes	
	2.3. Casa de chá e confeitaria	
	2.4. Bares e cervejarias	
	2.5. Casa de sucos e sorvetes	
	2.6. Outros	
3. Entretenimento	3.2.Áreas de recreação e instalações disportivas	3.1.1 Parques de diversão
		3.1.2 Parques, jardins, praças
		3.1.3. Clubes
		3.1.4 Estádios, ginásios, autódromo
		3.1.5. outros
	3.2. Estabelecimentos noturnos	3.2.1. Boates e discotecas
		3.2.2 Casa de espetáculos
		3.2.2. Outros
	3.3. Cinemas	
	3.4. Teatros	
	3.5. Outros locais de espetáculos	
4. Outros serviços	4.1. Agências de viagens e turismo	
	4.2 Agências de viagens	
	4.3. Transportadoras turísticas	
	4.4. Informações turísticas	4.4.1. Centro e centrais de informação
		4.4.2. Postos de informação
	4.5. Locadoras de imóveis	4.5.1. Casas de veraneio
		4.5.2. apartamentos de veraneio
	4.6. Locadoras de veículos	4.6.1. Automóveis
		4.6.2. Embarcações
		4.6.3. Aeronaves

	4.7. Atendimento a veículos	4.7.1. Postos de abastecimento
		4.7.2. Oficinas de serviços
	4.8. Comércio turístico	4.8.1. Lojas de artesanato
		4.8.2. Lojas de produtos típicos
	4.9. Oportunidades de compras	4.9.1 Centros comerciais
		4.9.2 Galeria de arte e antiquários
		4.9.3. Butiques
	4.10 Casas de câmbio	
	4.11. Locais para evento	
	4.12. Cultos	4.12.1. Católicos
		4.12.2. Evangélicos
		4.12.3. Outros
	4.13. Representações diplomáticas	4.13.1 Embaixadas
4.13.2. Consulados		
4.13.3. Escritórios comerciais		
5. Complexos turísticos	5.1. Resorts	
	5.2. Parques temáticos	

Fonte: adaptado do Embratur. Metodologia do Inventário da Oferta turística, 1984, citado por Braga (2006)